

COMO ESTAR (NA PESQUISA) DIANTE DE SUJEITOS TRANS?

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira⁴⁴³

Resumo: Trata-se dos enredamentos epistemológicos da pesquisa que se constitui no contexto em que espaços mediatizados trazem a possibilidade de trocas de experiências e produções de conhecimento a partir da multiplicidade de subjetividades. Ciência exerce um papel significativo na formação de padrões culturais e tem muitas vezes produzido discursos que reforçam hegemonias e exclusões, em um contrato social tácito que define quem faz parte dela e qual papel desempenha. Em produções a respeito dos sujeitos trans, estes ocupam o lugar de objeto investigado em perspectiva cissexual, excluídos tanto no lugar da produção, quanto no manejo do conteúdo a seu respeito, processo que mistura apropriação, apagamento e homogeneização de subjetividades. Acreditamos em um contrato moral para a ciência/tecnologia que explicita exclusões e considere questões de sexo, gênero, classe, cor e identidade. Nossa aposta epistemológica é evidenciar processos de corporificação, parcialidade, objetividade e localização da pesquisa e do pesquisador na produção de conversas e códigos que enredam corpos e significados possíveis, além de considerar uma experiência não essencialista trans e a co-produção de saberes.

Palavras-chave: Epistemologia; Trans; Subjetividade; Saberes Localizados.

Introdução

Este artigo é desdobramento do trabalho apresentado no 13º Congresso Mundos de Mulheres e no 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero intitulado *Saberes Localizados e a “Escrita de Si” de Sujeitos Trans em Plataformas Digitais: Questões Epistemológicas*⁴⁴⁴ e se inicia no ponto exato no qual aquele termina. Aqui pensamos em lugares éticos na pesquisa com sujeitos trans e na construção de parâmetros negociáveis entre as trocas de saberes tornando-os os mais simétricos possíveis.

Esta parte do princípio de que ciência exerce um papel significativo na formação de padrões culturais e tem muitas vezes produzido discursos que reforçam hegemonias e exclusões em um contrato social tácito que define quem faz parte dela e qual papel desempenha. Em produções a respeito dos sujeitos trans, estes ocupam o lugar de objeto investigado em perspectiva cissexual, excluídos tanto no lugar da produção, quanto no manejo do conteúdo a seu respeito, processo que mistura apropriação, apagamento e homogeneização de subjetividades. Acreditamos em um contrato moral para a ciência/tecnologia que explicita exclusões e considere questões de sexo, gênero, classe, cor e identidade.

A ciência e a tecnologia estão corporificadas em sua maior parte na perspectiva de pensamentos europeus. Tal modelo traz consigo um sujeito universal implícito e que por suas características podemos chamar de androcêntricas, concentrando ainda a hegemonia de grupos privilegiados. O observador supostamente universal e neutro da ciência moderna é na verdade um corpo de um homem, masculino, cissexual, adulto, branco, com posses, que segrega mulheres, trans, crianças, negros, indígenas, especialmente por tornar aquele primeiro a norma, com argumentos que o próprio discurso científico lhe traz. Diana Maffía (2012) articula o lugar de exclusão que essa ciência relega a alguns sujeitos, afirmando que a exclusão é sexual e é avalizada por discursos que considera grupos minoritários como inferiores e incapazes, aplicando métodos de observação e de experimentação que afirmam de antemão “esses não”.

Por esse motivo, para a autora é necessário um novo contrato moral para a ciência e a tecnologia que

⁴⁴³ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom/UFBA), membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (Gig@/UFBA) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com

⁴⁴⁴ Por ocasião da escrita deste trabalho a publicação do artigo se encontrava no prelo.

*** ** DESFAZENDO GÊNERO *** **
 CAMPINA GRANDE.PB 10 A 13. OUTUBRO. 2017



explícite as exclusões. É preciso antes de tudo nos perguntar “quem produz conhecimento, financiado por quem, para benefício de quem, na perspectiva de quem”, levando em conta além da questão do sexo e do gênero, também as questões “de classe, de etnia, de cor, de identidade” (MAFFÍA, 2012, p. 02, tradução nossa). Mudar esse status da ciência vai muito além de apenas incluir esses sujeitos minoritários, mas também mudar os paradigmas da ciência, suas linguagens e seus métodos. É preciso pensar modos de produzir conhecimento científico que assuma um devir trans.

Nossa aposta epistemológica é evidenciar processos de *corporificação, parcialidade, objetividade e localização da pesquisa e do pesquisador* na produção de conversas e códigos que enredam corpos e significados possíveis, além de considerar uma experiência não essencialista trans e a coprodução de saberes. Neste trabalho, além de desenvolver a inter-relação entre esses processos, pretende-se dialogar com os estudos trans entendidos na perspectiva de Susan Stryker (2015).

Os estudos trans exploram a variabilidade e contingência de como se inter-relacionam questões como o sexo biológico, as regras sociais, a identidade de gênero psicológica, a expressão de gênero, o status de parentesco ou as categorias administrativas do humano e afirmam que todas as configurações não são naturais nem inatas, mas que são produções sociopolíticas. Esses estudos tinham como motivação, entre outros motivos o fato de sujeitos trans serem vítimas frequentes de violência⁴⁴⁵, estigmatização, marginalização e ostracismo (STRYKER, 2015).

Os estudos trans partem do conhecimento produzido a partir dos corpos e dos saberes que as experiências vitais das pessoas trans constituem, sem entendê-las como verdade única ou como uma autoridade inquestionável em temas transgêneros. O que eles se propõem é “estabelecer um diálogo mútuo e benéfico entre esses conhecimentos derivados das experiências transgêneros e outros conhecimentos críticos; ao fazê-lo compartilham conexões genealógicas, metodologias críticas e interesses políticos” (STRYKER, 2015, p. 11, tradução nossa) e aspectos interseccionais dos sujeitos, perguntando-se de quem é o conhecimento que é reconhecido como tal e a que corpos se permitem falar suas verdades (STRYKER, 2015).

Parte da tradição desse campo de estudo começou a entrar nas academias dos Estados Unidos no início da década de 1990 – ainda que a questão trans fosse de distintas formas debatida há muito mais tempo – e coincide com a teoria queer naquilo em que questiona a heteronormatividade na sociedade, mas, segundo Stryker, diferem ao dinamitar a categoria sexo que atravessa a distinção entre homo e hétero. Além disso, tem aproximações com a tradição do feminismo naquilo em que contesta a subordinação dos gêneros, mas vai além ao trazer muito mais que dois gêneros. E é essa tradição que evocamos neste trabalho.

Os lugares dos corpos na pesquisa

Ao pesquisarmos com sujeitos trans, seja escutando-os, observando o comportamento ou examinando seus vestígios e seus registros históricos, há a relação de pelo menos dois corpos na experiência do vivido: o do/a pesquisador(a) e do sujeito trans. Na pesquisa somos corpos a nos aliar e nos confrontar em nossas fronteiras. É preciso demarcar tal espacialidade, localizando tais fronteiras e os acordos culturais entre elas.

A dimensão simbólica da fronteira, entendida como um limite que reordena dimensões da vida – como tempo, espaço, comportamentos e desejos –, opera aberturas de mudanças no sentido daquilo que entendemos como próprio e como alheio. É neste sentido que o corpo atua como fronteira para Diana Maffía (2009). E é nesse sentido que ele pode ser lugar de encontro ou lugar de separação, “lugares

⁴⁴⁵ No contexto brasileiro, os estudos por tais motivos se justificam atualmente se levarmos em conta que os sujeitos trans são extremamente vulneráveis à violência, sendo o Brasil um dos países do mundo em que os homicídios a esses sujeitos possuem alta taxa de ocorrência. Conforme relatório da Rede Trans Brasil (NOGUEIRA, ARAUJO, CABRAL, 2016), só em 2016, 144 trans foram mortas por transfobia no país, sendo estes números especialmente alarmantes por tratar-se de um tipo de crime que é subnotificado. Além dos homicídios os sujeitos trans são uma população que está sujeita violação de direitos humanos, tentativas de homicídio, suicídios e mortes por questão de saúde.

*** ** DESFAZENDO GÊNERO *** **
 CAMPINA GRANDE.PB 10 A 13. OUTUBRO. 2017



amuralhados onde o diferente é uma ameaça ou espaços para ricas trocas e negociações entre mundos” (p. 09, tradução nossa). Para Maffía (2009) o corpo como alheio ou estrangeiro é a base ontológica da violência e da discriminação. Os corpos semiotizados e hierarquizados constroem muros e os corpos hegemônicos se colocam como únicos capazes do exercício da cidadania, do direito, da teologia e da ciência. E é a relação a isso que queremos nos colocar radicalmente contra.

Enquanto aspecto físico, as fronteiras possuem uma dimensão simbólica que opera para dar sentidos à experiência do que é próprio e do que é alheio. A fronteira simbólica reordena as condições da vida, acentuando as representações, os sentidos da vida e do mundo, nossos e dos outros. O movimento de cartografar os corpos nos possibilita “pensá-los para além da aparente naturalização do corpo físico, semiotizando-os, e permite analisar assim sua identidade e seu sentido do que lhe é próprio e do que lhe é alheio como uma fronteira cultural” (MAFFÍA, 2009, p. 09).

Ao falar sobre semiotização dos corpos, Maffía lança luz sobre a questão da construção de que se faz aos corpos, especialmente dos corpos sexuados,

tratando das linguagem, construção performativa do sexo, as identidades, as orientações, os gêneros, o desejo, o permitido e o proibido entre eles, o normativo e também o que escapa a regra, o subversivo, o que está fora de catálogo, os corpos que nos irritam e nos interpelam quando não os podemos classificá-los, os corpos que interpretamos como semelhantes e os que interpretamos diferentes ao nomeá-los” (2009, p. 09).

Nossos corpos possuem zonas de clivagem que estruturam as subjetividades; fatores como gênero, sexo, raça, classe, etnia, religião e idade são condições materiais que configuram um universo de sentido que vai delinear os territórios do *eu*, do *nós* e do *alheio*. É nesse sentido que não podemos imaginar uma pesquisa que busca uma condição essencial de um “eu trans”, sendo tal condição múltipla em uma série de aspectos.

Muito antes, assim, de perguntarmos o que seria uma experiência trans, deveríamos perguntar-nos o *que pode ser* uma experiência trans. As zonas fronteiriças produzidas pelos discursos e pelos sentidos não são rígidas. No enfoque cultural, no constante contato social, elas são necessariamente mutantes, móveis e permeáveis. Elas requerem nossa contínua adaptação a interações diferentes e um esforço permanente por interpretar o outro e decodificar as consequências que poderiam derivar da interpretação que o outro faz de nós.

Maffía (2009) afirma que os corpos possuem ao menos dois sentidos, um é o corpo físico, visível e classificável externamente e há o corpo do vivido. O corpo do vivido “proporciona ao corpo uma significabilidade e uma singularidade que não se pode alienar-se. O corpo vivido sedimenta nossas experiências é um corpo com história” (p. 11) numa perspectiva que é sempre biográfica no encontro com outros corpos. Esses nossos corpos ocupando o lugar do vivido não são nem universalizáveis, nem abstratos e nem objetivos, são corpos que nos colocam no espaço e no tempo e que estabelecem afastamento e aproximações de uma maneira subjetiva pela própria experiência do movimento. Cada marca de experiência vivida “desenha um mapa pessoal que sedimenta como história” (p.11).

Estabelecemos assim a perspectiva espacial da pesquisa: há corpos e esses estão em determinados contextos que ocupam lugares em relações uns aos outros e é preciso fazer com que eles e suas vivências apareçam, dar carne e sentido a eles. O pesquisador é um corpo que vê e sente e é um corpo que tem história, sexualizado e generificado, tem marcadores de diferença que impactam seu corpo, que faz sua pesquisa por algum motivo, tem alguma posição no mundo de acordo com sua história e busca algum tipo de verdade. O sujeito trans participante da pesquisa é outro corpo que possui também uma história, um corpo que vê e sente de volta, é um corpo também sexualizado e generificado, que também possui seus marcadores de diferença, que tem seus discursos, suas diferenças e seus entendimentos sobre seu lugar no mundo. São esses corpos que estão em relação um ao outro, com suas diferenças que tem de ser explicitadas, pois só assim se atinge uma objetividade efetiva na produção e na relação dos saberes.

É necessário, assim, dar conta de uma visão de objetividade em relação à observação científica que se

*** ** DESFAZENDO GÊNERO *** **
 CAMPINA GRANDE.PB 10 A 13. OUTUBRO. 2017



revela como algo que diz respeito à *corporificação específica e particular*, sendo assim que apenas a perspectiva parcial atinge uma visão realmente objetiva. Opondo-se a transcendência e a divisão entre sujeito e objeto, a *objetividade* transfeminista pleiteia a localização limitada e o conhecimento localizado, com a finalidade de que nos tornemos responsáveis pelo que aprendemos a ver e a sentir e no que optamos por relatar. As ferramentas que nos permitem ver os fenômenos do mundo são sistemas de percepção ativos, que constroem traduções e específicas maneiras de ver, são modos de vida com um modo detalhado, ativo e parcial de organizar as coisas (HARAWAY, 1995).

Para a filósofa Donna Haraway (1995), a objetividade só é realmente atingida por meio dessa posição parcial, tanto na política quanto na epistemologia, enquanto possibilidade de avaliações críticas objetivas, seguras e racionais. A objetividade trata de “um estruturar mútuo e comumente desigual, trata-se de assumir riscos num mundo no qual ‘nós’ somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle ‘final’” (p. 41). Tais saberes localizáveis são apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de *conversas compartilhadas* em se tratando de epistemologia.

Mesmo que a sujeição não seja base para uma ontologia, ela pode ser um lugar de observação e de visualização, e marca uma *política de posicionamentos*. Posicionar-se é crucial para estabelecer bases para o conhecimento organizado em torno das imagens da visão, implicando em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Pleiteia-se aqui uma prática da objetividade que prefira “a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (HARAWAY, 1995, p. 24). Quer-se, portanto, políticas e epistemológicas de alocação, posicionamento e situação nas quais se opte por parcialidade e não universalidade (1995) para se produzir conhecimento racional enquanto condição de ser ouvido. Quer-se, constituir modos de produção que articule saberes de modo localizados requerendo que

objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" (HARAWAY, 1995, p. 36).

Parafraseando Diana Maffía (2012) também é preciso fazer alguns questionamentos quando se trata de produzir conhecimento com sujeitos trans. É importante perguntarmos quem são os sujeitos que estão produzindo o conhecimento dando relevância aos interesses e perspectivas envolvidos no processo, já que o sujeito da ciência não é neutro nem permutável.

O trânsito entre as fronteiras que são os corpos é permitido pela tradução, uma zona de negociação geradora de sentido entre culturas, negociação sem a qual o diálogo e a comunicação são impossíveis. A tradução permite que o sentido e os corpos não se comportem como sentidos hegemônicos, quer que se estabeleça contatos entre mundos e sujeitos, contatos interculturais onde a diferença não é expulsa, mas sim decodificadora de sentidos. Gênero, idade, origem étnica, religião, preferência sexual, se encontram em negociações que por certo podem ter diversos resultados. Que se use uma troca de códigos alternando na fala traços de ambas as línguas (MAFFÍA, 2009).

Isso significa, antes de tudo, perguntarmos a relação entre nossos corpos com o conhecimento dando a eles lugar de suma importância, atribuindo-lhes uma “autoridade epistêmica”. Isso significa não considerar a produção de conhecimento meramente mental, e, em se tratando das produções trans, os efeitos de fármacos, hormônios, cirurgias e performances sobre o corpo é experiência de suma importância nessa produção. Significa, ainda, perguntar sobre o impacto da diferença do conhecimento sobre o corpo de pessoas cis e trans, sobre a participação e aplicação da produção do conhecimento científico-tecnológico, e sobre o direito das pessoas trans de participar das determinações de políticas científicas que sejam relevantes para suas vidas, bem como posicionar-se pelo direito de que elas se beneficiem o mais equitativamente dos conhecimentos produzidos.

Corpos e conhecimentos compartilhados nos estudos trans

É assim que pensar uma epistemologia que seja parcial, corporificada, relacionista e que leve em conta

*** ** DESFAZENDO GÊNERO *** **
 CAMPINA GRANDE.PB 10 A 13. OUTUBRO. 2017

as experiências dos corpos vividos trans poderiam e deveriam dar conta de valorar questões que de modo geral não são pleiteadas como questões de importância na produção de conhecimento sobre esses sujeitos.

É necessário escapar a representação imagética e das experiências de sujeitos trans hegemônicas, como acontece nos tradicionais meios de comunicação que se mostram como reafirmação de estereótipos de gênero, trabalhando sobre os arquétipos das transexuais “impostoras” e das transexuais “patéticas” (SERANO, 2015), exotificando as vivências trans. Neste tipo de representação as mulheres trans buscariam atingir uma aparência ultrafeminina e se difeririam em sua capacidade de atingi-la. Tais meios frequentemente se detêm nos detalhes do processo de feminilização deixando claro para a audiência que a mulher trans é uma artificialidade, um disfarce, focando excessivamente no processo de montagem, como maquiagem, roupa e cabelo. É nesse viés que Julia Serano (2015) descreve tal fascínio de representação trans dos produtores dos meios de comunicação e do seu público como um subproduto da sexualização de todas as mulheres.

Serano (2015) destaca que este modo de representar a transexualidade tende a assumir que todas as pessoas transexuais transitam de homem para mulher (invisibilizando trans homens), e que toda a mulher trans quer alcançar uma feminilidade estereotipada. Para a autora a própria existência trans desafia as tradicionais distinções entre mulheres e homens baseadas em aspectos biológicos, pois as “pessoas trans podem causar estragos em conceitos que temos assumidos, como o de feminilidade e masculinidade ou homossexual e heterossexual”, tendo em vista que eles evidenciam o quão insignificante eles são “quando o sexo biológico de uma pessoa e o sexo com que ele vive não são os mesmos” (2015, p. 210).

Na perspectiva de trazer à tona as questões que interessam aos corpos transexuais, corpos semiotizados e contextualmente localizados culturalmente, os estudos trans têm levado em conta algumas categorias como a *passabilidade*, o *genital cultural* e a *categoria sexual* (LAMAS, 2014) que apontam para um debate político envolvido em torno da questão construído ao longo das décadas.

A passabilidade (de “passar por”) é a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cis, é a característica de conseguir apagar ao máximo seu sexo imposto ao nascer e colocar em si características sociais da identidade de sexo a que se deseja ser reconhecido. É uma ação que aponta para produção social do gênero quando tais sujeitos trabalham sua imagem e sua gestualidade e também para o desejo hodierno de não mais pretendê-lo e “se assumir” na sua condição de trans. Hoje existem os discursos fortemente defendidos dos movimentos trans que pleiteiam outros modos de se (re)(a)presentar. Sandy Stone (2015) questiona a ideia de que as pessoas transexuais devem desaparecer como tais para passar despercebidas como mulheres e homens cis. Para a autora é impossível lançar um contradiscurso que seja capaz de dizer verdades aos poderes médico-legais, os prejuízos sociais que tanto limitam a vida dos sujeitos trans, se esses sujeitos estão programados a desaparecer. Para Stone, ao invés disso, as pessoas trans deveriam sair e intervir criticamente na construção do que significa transexualidade. Como Leslie Feinberg, Stone entende que a luta trans – e assim também incluímos os estudos trans – é resignificar o gênero e mostrar que ele possui um espectro que inclui muitos tipos de minorias de gênero e que todas elas necessitam unir-se para combater os discursos e práticas do heteropatriarcado capitalista (STRYKE, 2015).

Já o genital cultural para os estudos trans “é aquele que se assume que exista ainda que não o tenham no sentido físico, a atribuição inicial dá à pessoa o “direito” a eles e por isso outras pessoas pressupõem que os têm” (LAMAS, 2014, p. 145, tradução nossa), trata-se assim sobre relacionar-se com os outros, incluindo no que se refere ao direito a intervenções farmaco-médicas de redesignação sexual. Nossos estudos devem abordar a crescente incorporação da vida humana às práticas biomédicas, mas não apenas rechaçar essa medicalização como uma imposição violenta aos corpos vitimados, mas lutar para que esses corpos tenham “agência moral e política nas formas emergentes de vidas vivíveis dentro desses regimes biomédicos” (STRYKER, 2015, p.12, tradução nossa).

A categoria sexual, por sua vez, “implica assumir certas concepções culturais vigentes de conduta que

*** ** DESFAZENDO GÊNERO *** **
 CAMPINA GRANDE_PB 10 A 13. OUTUBRO. 2017



são compatíveis com as supostas naturezas essenciais de mulher e homem” a construção de gênero se faz “em determinado contexto e na presença de outras pessoas, e neste sentido ser uma pessoa com gênero é um trabalho relacional que tem características sociais” (LAMAS, 2014, p.147), tais como classe, raça e etnia, como já foi dito. É aqui o ponto mais claro em que entendemos as relações de sexo e gênero como aspectos culturais e os corpos sujeitos a determinados contextos.

Finalizamos afirmando que é preciso pensar uma produção de conhecimento que promova a igualdade e que reconheça e respeite a diferença. Ao contrário do que se possa pensar, igualdade e diferença não são termos antagônicos. Enquanto a igualdade se dá no plano político e está em oposição à desigualdade, a diferença se opõe às identidades homogeneizantes e está no plano ontológico (MAFFÍA, 2012). É preciso, pois, ao pensar uma ciência que dê conta das questões trans que essa não essencialize (e não exotifique) os sujeitos e não os faça ser idênticos entre si para formar parte de uma instância científica. É preciso dar conta da diferença e tratá-la como potência para fomentar políticas que promovam a igualdade entre os diferentes sujeitos.

Referências

- HARAWAY, D. J.. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, p.7-41.
- HEYES, C.. Solidaridad feminista tras la teoría queer: el caso trans. In: GOLOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.
- LAMAS, M.. *Cuerpo, Sexo y Política*. México DF: Ed. Océano, 2014.
- MAFFÍA, D.. Contrato Moral, Género y Ciencia. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y GÉNERO, n. 9, 2012. Sevilla. *Memorias do IX Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género*. Sevilla: OEI, 2012. Disponível em: <<http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/DianaMaffia2.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2017.
- _____. Los cuerpos como frontera. *Feminaria*, Buenos Aires, nº32/33, p. 9-11, mai. 2009.
- NOGUEIRA, S. N. B.; ARAUJO, T. A.; CABRAL, E. A.. *O Mass Shooting da População Trans Brasileira (Brasil – 2016)*. RedTrans – Rede Nacional de Pessoas Trans. Disponível em <<http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/massshooting.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2017.
- SERANO, J.. Cazadores de faldas: por qué los medios de comunicación representan la revolución trans con pintalabios y tacones. In: GALOFRE, P.; MISSÉ, M.. *Políticas Trans: Una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Egales Editorial, 2015. p. 209-226.
- STONE, S.. El imperio contraataca. Um manifesto postransexual. In: GOLOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.
- STRYKER, S.. Prólogo. In: GOLOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.